

NACIONES  
UNIDAS



CEPAL

# ILPES

INSTITUTO LATINOAMERICANO  
DE PLANIFICACION  
ECONOMICA Y SOCIAL

## PROGRAMA DE CAPACITACION

Documento CPRD-C/66

REGIONALISMO: ALGUNOS PROBLEMAS ATUAIS <sup>1</sup>/<sub>1</sub>

Doreen Massey

<sup>1</sup>/<sub>1</sub> El presente documento que se reproduce para uso exclusivo de los participantes de cursos del Programa de Capacitación, se ha tomado de Espacio & Debates - Año I, Nº 4, Sao Paulo, Decembro 1981.

## REGIONALISMO: ALGUNS PROBLEMAS ATUAIS \*

---

Doreen Massey

---

### *Algumas definições e temas*

O termo "regionalismo" é uma categoria muito discutível. Os recentes debates que tiveram lugar no grupo de trabalho da CSE\*\* não conseguiram desenvolver algo mais preciso e menor que um longo parágrafo. Para os fins deste artigo, "regionalismo" refere-se à análise da diferenciação espacial a nível intranacional. A preocupação fundamental é o estudo dos mecanismos pelos quais o processo de acumulação gera o desenvolvimento desigual do espaço, os efeitos dessa desigualdade no desenvolvimento da formação social nacional e as situações particulares aí contidas. Nesta discussão a escala de análise é intranacional na medida em que a desigualdade espacial ocorre também neste nível. Entretanto, este enfoque não significa que tal diferenciação é *produzida* somente pelos mecanismos localizados ao nível nacional ou intranacional; dentro de uma formação social a desigualdade espacial do processo de

---

\* Esse texto foi originalmente escrito com o título: "Survey: Regionalism: Some Current Issues", publicado na revista *Capital & Class*, n.º 6, autumn, 1978. London, pp. 106-123.

\*\* Conference of Socialist Economist.

acumulação pode também advir dos mecanismos que funcionam a nível internacional. O objeto de estudo, entretanto, é o desenvolvimento espacial desigual e seu efeito na economia nacional. Tais efeitos podem ocorrer em qualquer nível espacial dentro da formação social, desde as desigualdades entre grandes regiões, até as diferenciações entre padrões de crescimento e declínio de determinadas cidades.<sup>1</sup>

O processo de acumulação capitalista engendra continuamente o abandono de algumas áreas, e a criação nelas de novas reservas de força de trabalho, a inserção de outras áreas para novos ramos de produção e a reestruturação da divisão territorial do trabalho e das relações de classe em seu conjunto. A distribuição geográfica da população é muito mais significativa do que a tendência geral à aglomeração superimposta pela "divisão territorial do trabalho, que confina ramos específicos da produção às áreas específicas de um país" (*Capital*, 1, p. 353), segundo ocasionalmente entendido por Marx. Não podemos pressupor, simplesmente, que aquelas poucas áreas em que os ramos específicos da produção *dominaram* inteiramente a economia sejam iguais umas às outras por sofrerem a mesma dominação. Em outras palavras, o que determina as características de uma região vai muito além do ramo de produção. Neste sentido, Gervais, Servolin e Weil (1965) distinguiram três tipos de regiões agrícolas na França, fundamentalmente baseadas na natureza e etapa de articulação do capitalismo com a produção camponesa e com a forma dominante das relações de classe (citado em Lipietz, 1977, pp. 48-52). Muitas das diferenças na economia e na estrutura de classes de áreas específicas

---

1. Por razões de espaço, o presente texto tem um caráter muito restrito. Sua base empírica e proposição são, em certo sentido, limitadas aos países capitalistas metropolitanos, omitindo assim considerações em relação a uma série de campos de trabalho muito próximos ao tema, particularmente quanto à análise do nacionalismo e, especificamente, quanto ao debate crescente sobre "urbanismo". Também não houve espaço para considerações a respeito da literatura sobre a intervenção estatal nesta área, particularmente em relação à política regional.

podem estar associadas às diferenças significativas nas relações políticas. O quadro resultante das "regiões" e das "relações inter-regionais" é extremamente complexo. O propósito dos trabalhos sobre regionalismo é procurar entender a formação, a natureza e os efeitos da diferenciação espacial.

Por que, então, os socialistas devem se interessar pela análise deste aspecto do desenvolvimento desigual? Em resumo, o fato e a forma da diferenciação espacial podem afetar tanto os aspectos do desenvolvimento econômico como político. A equalização dos níveis de emprego entre regiões foi proposta pelo Plano Nacional do Reino Unido como um meio de elevar a disponibilidade da força de trabalho, enquanto que as disparidades inter-regionais na Itália têm sido consideradas benéficas para o processo de acumulação (Secchi, 1977). Portanto, a análise da diferenciação espacial poderia ser considerada como um componente importante para a compreensão do funcionamento de uma economia.

Há também razões políticas mais imediatas. Evidentemente a análise do desenvolvimento regional desigual pode contribuir para os debates sobre os movimentos regionais separatistas. Entretanto, genericamente falando, a crise atual vem afetando diferentes partes do Reino Unido de modo distinto e com graus de intensidade variáveis. Esta diferenciação espacial pode muitas vezes operar de uma maneira que gere divisões na classe operária. Frente ao declínio acentuado da indústria local e do emprego, grupos comunitários, como também os sindicatos, podem freqüentemente lutar tomando o problema como sendo específico de sua área. Este enfoque é, sem dúvida, decorrente do modo pelo qual o problema se acha representado pelo capital, repercutindo em dois níveis. Primeiramente, por exemplo, os trabalhadores de uma área podem se contrapor aos trabalhadores de outras áreas na procura de empregos disponíveis. No Reino Unido, um exemplo recente desta prática foi a tentativa de descrever as áreas

centrais da cidade\* como áreas menos favorecidas em relação às regiões periféricas subsidiadas pelo Estado. Neste caso, uma tarefa importante na área de estudos regionais é mostrar as relações entre os diversos problemas e as lutas em diferentes partes do país. Uma segunda repercussão do “problema regional” é que os problemas econômicos em determinados lugares são muitas vezes entendidos como problemas baseados na suposta inadequação de tais áreas e de seus habitantes. O jornal *Read Paper on Scotland* atribui alguns problemas da Escócia a uma falta de empresários locais (vide Firn, 1975), enquanto que o jornal *White Paper on Inner City* do governo atual\*\* acusa a falta de qualificação (adequada) de mão-de-obra local como responsável, em grande parte, pelo atual declínio destas áreas. O principal objetivo dos estudos regionais é a contestação desta definição espacial do fenômeno em busca de análises e indicadores das verdadeiras raízes das desigualdades consideradas.

O objetivo deste texto é apresentar alguns dos problemas principais da análise regional. No entanto, levando em conta a natureza ainda diversa dos trabalhos neste campo — de fato, somente agora é que estes debates estão começando a surgir — este artigo tem a preocupação de apontar algumas das principais linhas de divergências implícitas em busca de uma argumentação particular em relação aos problemas da análise regional. Muitos dos debates se baseiam em questões metodológicas, mas suas implicações vão além deste aspecto. Tais questões incluem: se o trabalho de análise pode aceitar uma base regional prefixada, se pode aceitar o modelo potencial ou a análise regional de Stuart Holland e se é possível “emprestar” formulações baseadas na teoria

---

\* As áreas centrais referidas são de antiga industrialização, não têm sido preferenciais para alocação de incentivos governamentais e contam, relativamente às outras áreas, com uma dinâmica mais tênue. (N. T.)

\*\* Em 1978 o Partido Trabalhista era o que detinha a maioria no Parlamento. (N. T.)

do subdesenvolvimento. A estrutura do texto é, portanto, organizada principalmente em torno de tais questões.

### *Estratégias de análise*

A preocupação é a de formular estratégias que permitam a análise da diferenciação espacial em toda sua complexidade, abordando as referências gerais ao "desenvolvimento regional". A seção presente indica brevemente uma série de estratégias já formuladas, cada qual contribuindo com informação e descobertas novas, apresentando, contudo, problemas particulares.

### *Formulações abstratas e leis gerais*

Existem inúmeras tentativas oriundas das proposições gerais que dizem respeito ao espaço e ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Em primeiro lugar, tais investigações têm elaborado uma "lei do valor no espaço" (vide, por exemplo, Hein (1976) e Lipietz (1977)). Em diferentes níveis de análise, ambos autores rejeitaram tais mecanismos e proposições. De fato, Lipietz interpreta a ausência no espaço de quaisquer mecanismos econômicos reguladores como uma justificativa fundamental para que o Estado intervenha na organização geográfica do capitalismo.<sup>2</sup> Uma outra tentativa na formulação de proposições gerais sob a geografia do capitalismo reside na proposta de caracterização das partes do sistema capitalista. Nesta linha, temos Castells (1977), que define o urbano como espaço de consumo capitalista e a região como o espaço de produção. Tais tentativas têm, em geral, sido severamente criticadas por Harloe (1978) e Sayer (1977), principalmente por sua natureza abstrata e arbitrária.

---

2. A argumentação aqui é demasiadamente formal e pode levar à consideração de que a existência de uma teoria do equilíbrio implica a existência de uma economia capitalista livre de problemas. Apesar disso, cabe apontar que a introdução da dimensão espacial cria confusão de equilíbrio geral (vide Massey, 1974).

Em terceiro lugar, há uma série de trabalhos que contrapõem uma tendência à concentração espacial, necessária ao capitalismo, não somente em relação ao controle do processo de produção, mas também da produção em si. Tais conclusões possuem um grau de justificação empírica e um aparente radicalismo, sendo claramente estimuladas pelo desejo de combater os conceitos de equilíbrio, os quais são emergentes da teoria neoclássica (vide Holland (1976), Purdy (1977) e Castells (1977)). Marx também estava inclinado a ver no capitalismo uma tendência à concentração espacial (vide *Capital*, vol. I, p. 352 e *Grundrisse*, p. 587, ambos citados no trabalho de Harvey (1975)). Mas, além de ser teoricamente discutível, a vulnerabilidade de tais generalizações a-históricas se torna ainda mais evidente frente à tendência recente para a descentralização regional da produção (vide as seções a seguir e as críticas de Mellor (1975), Harloe (1978) e Massey (1976)). Empiricamente, nem a escola neoclássica, nem a escola da "centralização" são corretas; apesar de uma oposição aparente, estas escolas partilham do mesmo problema de substituir a análise histórica por prognósticos derivados de um modelo formal a-histórico.

Devido a sua importância política, o trabalho de Stuart Holland merece maior grau de consideração. O argumento de Holland (1976) indica que uma tendência à desigualdade regional tenha sido compensada notadamente pela ação do Estado. A dominação atual das multinacionais tem reduzido a capacidade de atuação do Estado, na medida em que essas empresas podem colocar um Estado contra outro, e, podendo se localizar no Terceiro Mundo, evitam então as regiões periféricas dos países metropolitanos. A tendência à desigualdade regional emerge novamente. Provas em contrário são vistas como exceções que ocultam as tendências mais profundas (p. 57). Esta não é de modo algum uma análise de classe e, de fato, concentrando no regional, ao invés de ser nas relações entre classes, toma um enfoque de implicações potencialmente divergentes. A

teoria do equilíbrio é simplesmente substituída pela construção de Myrdall e Perroux, com a finalidade de explicar previamente a opacidade da tendência empírica, sendo necessário entender a política regional do Estado em termos de um objetivo não ambíguo de equilíbrio regional, colocando o Estado como árbitro entre o capital e o interesse público — papel que o Estado se colocará na solução política proposta por Holland, onde os problemas regionais existentes são vistos não como uma consequência do capitalismo, mas de um “setor mesoeconômico” que, devido ao seu lucro excedente, se libertou dos imperativos econômicos — o que representa uma proposição importante, desde que permita propor soluções de formas estatais atuando diferentemente em relação às suas concorrentes privadas.<sup>3</sup>

O trabalho de Holland não expressa um ponto de partida para uma análise da diferenciação espacial e nem para o problema regional, mas certamente seu trabalho levanta uma série de questões empíricas importantes, salientando o significado político de alguns aspectos do desenvolvimento espacial desigual. Sua aceitação freqüente como “marxista” — ou pelo menos, como o melhor que existe — deve ser um estímulo para trabalhos futuros.

### ENFOQUES EMPRESTADOS À TEORIA DO SUBDESENVOLVIMENTO

Poucos dos clássicos marxistas tratam o regionalismo, enquanto objeto, com considerações que vão além de uma referência passageira (vide, por exemplo, os comentários de Harvey, 1975, p. 274). Esta falta de antecedentes tem produzido um clima de incerteza, levando à tendência de se adotar métodos desenvolvidos de análise oriundos de “outras escalas espaciais”. Particularmente esta tendência surge dos trabalhos em nível internacional sobre imperialismo e sobre subdesenvolvi-

---

3. Uma série destes argumentos é desenvolvida em Anderson, 1977.

mento. Entretanto, este texto procurará argumentar que, embora muito possa ser aproveitado destas áreas para o estudo da diferenciação espacial numa formação social, não é possível transpor simplesmente tais métodos “numa escala de desagregação espacial menor”. As relações entre Estados nacionais dentro do imperialismo mundial não são equivalentes às “relações inter-regionais” dentro de uma nação.

Em primeiro lugar, existem diferenças empíricas entre Estados nacionais e suas “regiões” componentes. Estas diferenciações incluem, por exemplo, a unificação monetária e políticas cambiais e alfandegárias (vide, por exemplo, Hechter, 1975). Fundamentalmente, o Estado, como o ponto de convergência das relações de classe, é menos evidente a nível regional do que a nível nacional (Lipietz, 1977). Estas constatações são, no entanto, extremamente genéricas e existem grandes variações de grau, mas como veremos logo adiante, muitas destas diferenciações são os indicadores de problemas potenciais da simples transferência de teorias derivadas do nível internacional e usadas na análise de problemas de diferenciação espacial intranacional.

Uma segunda implicação de tal transferência, vinculada à primeira, é de que há uma problemática geral “do espacial”, em que a idéia básica é a de que a diferenciação geográfica e as “relações inter-área” numa determinada escala são simplesmente aquelas de uma outra escala maior ou menor. Como Anderson (1975) indicou, quanto a um problema semelhante, “a forma espacial e a escala são consideradas abstratamente, esquecendo que estamos tratando da divisão *social* do território e de tipos de divisão territorial socialmente diferentes” (p. 15). O objetivo da análise não são as divisões arbitrárias do espaço.

Em terceiro lugar — e o mais importante — as teorias discutidas na presente seção, embora em seu conjunto tendam a ser aplicadas em nível internacional, tomam os Estados nacionais como objetos de análise.

Tal procedimento pode ser correto ou não em escala internacional; entretanto argumentamos que as “regiões” não são necessariamente preestabelecidas para a análise da diferenciação espacial intranacional. Há consideráveis debates sobre isso e, como será indicado, existe uma série de enfoques alternativos em relação ao problema. Este texto procurará demonstrar que as regiões se constituem *como efeito de análise*, sendo então definidas em relação ao desenvolvimento espacial desigual do processo de acumulação e seus efeitos nas relações sociais (inclusive políticas). A análise das condições de desenvolvimento desigual não implica, portanto, uma regionalização preestabelecida.

Isto não significa, entretanto, que nunca haverá razões para uma análise do lugar dentro do processo global de desenvolvimento desigual do espaço, de uma região anteriormente definida. O crescimento recente do “nacionalismo regional” inevitavelmente levantou tais questões. Para este procedimento ser válido deve-se ter uma justificativa clara para adotar as regiões como preestabelecidas. Qual é a base, por exemplo, para se analisar o condado “East Anglia” em termos de “relações inter-regionais”? Não há, ao meu ver, uma força politicamente ou socialmente significativa que pertença especificamente ao condado “East Anglia”. E se de fato o condado “East Anglia” é uma unidade homogênea em termos de critérios econômicos, esta circunstância deve emergir como resultado de análise e não ser assumida baseada em critérios e limites territoriais estabelecidos em outras áreas de investigação. Este tópico será retomado mais adiante.

Em muitos dos trabalhos discutidos nesta seção, há outros temas que não são, aqui, relevantes. Dizem respeito muito mais a uma preocupação implícita do que a um debate explícito. Referem-se à presença ou não de formas pré-capitalistas nas regiões dos países capitalistas metropolitanos. As implicações da maioria dos trabalhos aqui discutidos são de que tais formas não existem. O estudo do Nordeste da Inglaterra aceita

esta implicação. Cartes (1974) explicitamente adota a definição de capitalismo em termos de mercado, tornando equivalente a dinâmica do modo de produção capitalista com o fato de ser capitalista. Lovering (1977) ressalta que a aplicação freqüente do modelo do colonialismo interno aplicado no caso de Gales não incorpora qualquer conceito de modo de produção e suas relações de conservação-dissolução. Além disso, após formular um modelo mais coerente, não encontra evidência empírica na reprodução de modos não capitalistas de produção. Somente Lipietz (1975, 1977), escrevendo na França, apresenta argumento e evidência empírica para uma posição oposta. A questão, de fato, é mais abrangente que os problemas da análise regional e é baseada em posições teóricas e políticas subentendidas.

Finalmente, deve ser enfatizado que todas as teorias do subdesenvolvimento referidas aqui estão sujeitas aos debates e às críticas em relação a sua utilização a nível internacional. Está fora do escopo deste artigo tratar destes detalhes. Somente serão mencionadas aquelas questões relevantes ao debate a nível regional.

Numa das tentativas mais elaboradas de se utilizar a *teoria da dependência*, Carney, Hudson, Ive e Lewis (Chil) (1975) utilizam "este campo teórico ... para sugerir algumas das características mais indicativas das regiões subdesenvolvidas da mesma forma elaborada por Szentes (1971) para os condados e os 'testou' no estudo do caso inglês — o Nordeste" (da Inglaterra) (p. 144). Eles argumentam:

que as externalizações temporárias das contradições econômicas caracterizadas na fase imperialista do desenvolvimento do capitalismo estão sendo substituídas, em algumas sociedades capitalistas, notadamente na França e Inglaterra, pela tentativa, em parte, de contenção interna destas contradições (p. 157).

Tal argumentação envolve a análise do lugar contraditório do Nordeste, onde:

a base do lucro ... historicamente envolveu a redução dos salários e como repercutiram nos custos de produção e/ou na reprodução de um amplo exército de reserva de desempregados [(p. 149), dentro de uma economia global] cuja base reside na elevação real dos salários e na elevação da demanda de bens de consumo dentro do mercado interno, e no consumo capitalista e gastos estatais efetuados para evitar a reemergência das crises de realização, permitindo ao mesmo tempo uma continuação da acumulação do capital (p. 149).

Num outro exemplo, Carter (1974), discutindo as análises burguesas das "highlands" da Escócia, utiliza Frank (1970) para contestar o entendimento generalizado de que esta região se caracteriza como um setor "arcaico" de uma economia dualista.

Quanto ao objeto de análise, significativamente ao nível empírico, os debates nesta perspectiva refletem o problema da alteração do internacional para o inter-regional. Esta posição é particularmente válida em relação à questão da estrutura de classes. Chil, no seu artigo sobre o Nordeste da Inglaterra, menciona uma "burguesia local" e propõe a utilização do trabalho de Frank para explicar como essa burguesia se tornou pouco a pouco controlada externamente (pp. 153-4). Uma postura céptica em relação a esta posição foi adotada por Anderson (1975) e numa discussão mencionada por Harloe (1975, p. 166), enquanto que Lebas (1977, p. 84) lançou uma crítica geral que claramente relaciona a identificação de classes regionais às necessidades desse enfoque. Ele discute o "paroquianismo incipiente" como uma característica freqüentemente notada nas equipes de pesquisa que trabalham "na sua região". Este paroquianismo incipiente, junto com uma falta de perspectiva teórica, induz os pesquisadores a estabelecer a existência questionável de "burguesias regionais". Entretanto, como já foi ressaltado neste artigo, tais assuntos são claramente questões empíricas. Mellor (1975), criticando severamente (numa base empírica) o uso da teoria da dependência, mostra a não distinção

de classes regionais dentro da classe operária e burguesa.

Intimamente relacionados com a teoria da dependência são os conceitos de *troca desigual*. Lipietz (1977) e Sayer (1977) exploram o uso deste enfoque. Suas posições seguem a linha de Emmanuel (1972; 1975) e Amin (1973; 1976), sendo que Lipietz integra conceitos de "articulação externa" e "troca desigual num sentido mais amplo" (diferenciação espacial na distribuição de indústrias com alta e baixa composição orgânica do capital) e a "integração" e "troca desigual no sentido restrito" (baseada na diferenciação espacial dos níveis de salário), com os conceitos de Ray (1973) sobre etapas no processo de articulação do capitalismo com os modos não capitalistas de produção.

Começando com as críticas feitas ao nível empírico, Sayer (1977) segue Emmanuel, argumentando que "a troca desigual no seu sentido restrito dificilmente acontecerá *dentro* de um país se não houver uma diferenciação institucionalizada de salários dentro de cada setor (por exemplo, *aphartheid*)". De fato, não está claro se tal constatação pode ser feita *a priori*, mas de qualquer maneira é ambígua a evidência para apoiar sua validade empírica.

Uma crítica empírica também é formulada a partir da troca desigual no seu sentido amplo. Isto é, enquanto a noção usual desta forma de troca-desigual indicaria os setores de baixa composição orgânica nas regiões periféricas e os setores de alta composição orgânica nas "áreas centrais" e, conseqüentemente, um fluxo de valor (com equalização dos lucros) da periferia ao centro, o que de fato ocorre é que uma das características dos padrões de investimentos industriais recentes nas regiões periféricas internas da Europa Ocidental e dos Estados Unidos tem sido o seu alto grau de capital intensivo em relação àqueles do centro. Sayer refere-se a "algumas interessantes e possíveis mudanças estruturais e espaciais contra-intuitivas ... talvez uma relação

inesperadamente inversa entre renda nacional e investimento de capital por empregado" (p. 6).<sup>4</sup>

Um ponto de vista oposto é colocado por Lipietz (1977). Para ele, troca desigual no sentido amplo representa a articulação de modos diferentes ou etapas diferentes de modos de produção (vide, por exemplo, pp. 58, 61), mas seu *efeito* é uma das bases de desigualdade regional dos salários que tipificam a fase de integração, implicando a troca desigual, em seu sentido restrito. Além disso, é a partir da questão empírica da troca desigual, no seu sentido *restrito*, que Lipietz levanta as tendências atuais do investimento industrial (pp. 58-59). Aqui, no entanto, o problema não é a especificação do mecanismo da troca desigual mas, simplesmente, é uma preocupação sobre as razões pelas quais a desigualdade entre salários não provoca uma reação equilibrada que pode ser antecipada pela simples equação da forma (isto é, por que estabelecimentos de capital intensivo constituem uma proporção significativa dos atuais processos de produção implantados nas regiões periféricas?).

A "solução" que Lipietz posteriormente discute é a de que a resposta do capital quanto à diferenciação espacial pode se manifestar em inúmeras formas, e não ser simplesmente postulada fora de um contexto histórico. A atração da localização nas regiões periféricas é devida, atualmente, às considerações que vão além das diferenciações salariais.

Existem, entretanto, outras questões sobre este enfoque que exigem respostas. Em primeiro lugar, Lipietz, seguindo Palloix na questão que trata da análise restritiva da troca desigual, somente registra esse acon-

---

4. No mesmo artigo, Sayer analisa as dificuldades na utilização das medidas de intensidade de capital para indicar a composição orgânica. Ele se refere a um dado real em relação às diferenças na composição orgânica. Também é o caso dos trabalhadores de regiões diferentes desempenhando força de trabalho com qualificação diferente, etc. (valor).

tecimento como um *resultado* de uma diferenciação regional sempre existente. Ele explica tal desigualdade pelas condições da troca desigual em seu sentido amplo.

A segunda questão refere-se à troca desigual no seu sentido amplo. A equalização da taxa de lucro entre setores com diferentes composições orgânicas de capital é sempre uma tendência presente numa economia capitalista. O fenômeno empírico específico considerado neste enfoque é o de padrões espaciais sistemáticos. O que não fica claro são as implicações destes tipos de padrões, da natureza da "desigualdade" regional (em que sentido é troca desigual?) e os mecanismos da produção desta desigualdade.

Uma terceira linha de trabalho que tenta formular questões regionais dentro do esquema do "imperialismo" é aquela que utiliza o modelo do *colonialismo interno*. Somente referimos aqui a tentativa de aplicar este enfoque em relação às regiões dentro do capitalismo metropolitano. O exemplo mais conhecido é provavelmente o trabalho de Hechter (1975) sobre a periferia celta do Reino Unido. O enfoque de Hechter não se insere fundamentalmente dentro da tradição marxista e, quando ele utiliza termos tais como modo de produção, seu conceito refere-se mais às diferenças urbano/rural do que à diferenciação de classe e modos de apropriação do trabalho excedente. Seu trabalho, entretanto, tem tanto influenciado os marxistas como os não marxistas, e particularmente os movimentos nacionalistas. Lovring (1977) apresenta uma discussão e crítica completa do uso dos conceitos de colonialismo interno dentro do Plaid Cymru\*. Sua crítica inclui o uso vago e incorreto do termo "exploração", a concepção do Estado como uma conspiração deliberada e a falta de evidência empírica para muitas das pretensões das proposições dos modelos — em termos, por exemplo, de estrutura de classe e de preços líquidos financeiros.

---

\* Movimento Nacionalista Galês. (N. T.)

Finalmente, o uso de todos esses três enfoques implica ou incentiva uma análise da produção da diferenciação espacial que começa com regiões predefinidas (uma característica, como demonstramos, relacionada com a origem destas teorias no contexto internacional). Todos os autores estão cientes do problema e de suas implicações, mas usando tais enfoques é difícil evitá-los. Carney, Hudson, Ive e Lewis, sem justificativa(s) analítica(s), assumem o "Nordeste" da Inglaterra como "uma região", como um objeto teoricamente adequado. De fato, referem-se a esta região como uma "formação social" (pp. 149, 151). Além disso, apesar de suas corretas insistências sobre a não existência de "relações inter-áreas", o teste do modelo de dependência refere-se à "dependência econômica direta" e a "dependência de troca". Enquanto suas análises referem-se a fenômenos realmente importantes, as definições "do Nordeste", bem como seu conceito de "região", requerem uma justificativa. Conceitos de "relações inter-regionais" implicam a definição de entidades espaciais com alguns países de coerência interna, sejam econômicas ou políticas. Tal definição parece ser o resultado de uma análise, não um intuitivo ponto de partida *a priori*. A análise de Gales, por Lovering, por outro lado possui uma justificativa, pelo menos a nível político, iniciando a análise com uma região predefinida. Entretanto, como admite Lovering, as divisões e dependências dentro de Gales são comparáveis àquelas entre Gales e Inglaterra. Onde existe descolamento entre regionalizações "econômicas" e "políticas", isto poderia ser, em si, um importante fenômeno de análise.

A tentativa de conduzir a análise com base em regiões predeterminadas, especialmente quando combinadas com teorias vinculadas originalmente ao nível internacional, pode também (embora não necessariamente) incluir implicações políticas discutíveis.

No trabalho de Mingone (1977) sobre o Sul da Itália, ele escreve que "a existência de desequilíbrios regionais *internos* não são principalmente um resultado

da exploração imperialista... ao contrário, são consequências de um processo de centralização e especialização, o qual é comum a todo desenvolvimento capitalista" (p. 95). Numa nota de rodapé ele acrescenta:

Para este propósito eu não compartilho com a análise daqueles autores que mecanicamente extrapolam as teorias do imperialismo, aplicando-as à problemática das regiões subdesenvolvidas. As divergências ficam maiores quando as conclusões políticas destes autores são consideradas em termos de apoio teórico dado aos separatistas, ao nacionalismo local e à rebelião de todas as classes em áreas subdesenvolvidas contra uma dominação colonial hipotética (p. 109).

Claramente os autores do *Plaid Cymru*, por exemplo, tomaram uma posição oposta. Novamente, não fica claro como politicamente alguém poderia entender "dependência" como conceito de "economia estruturalmente deformada" ou "de acumulação externamente orientada num contexto regional". Estas são as discussões pelas quais se vinculam as análises de "regionalismo" nos debates sobre nacionalismo e separatismo regional.

Lipietz (1977) mostra-se sempre ciente destes problemas (vide, por exemplo, pp. 25-26), e suas regiões e relações inter-regionais são sempre um produto de sua análise. Mas também no trabalho de Lipietz surgem problemas, quando regiões definidas em termos de sua história são cotejadas com regiões definidas em termos de suas relações atuais emersas da divisão espacial do trabalho. Obviamente não há uma correspondência entre os dois tipos de região e talvez não seja apropriado começar com uma especificação do primeiro tipo (a tendência de Lipietz) para chegar a uma análise do segundo tipo. A mudança em direção à "regionalização" de uma formação social pode significar uma reestruturação radical, tanto na "forma" da variação espacial como na natureza do uso pelo capital, de formas de diferenciações espaciais. De fato, o que Lipietz está fazendo é uma consideração implícita na mudança da estrutura regional, que acreditamos que deva ser explícita no quadro de explanação.

## DA ACUMULAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO ESPACIAL DESIGUAL

O enfoque aqui proposto se inicia com o processo de acumulação e com a análise da produção de desenvolvimento espacial desigual sem uma prévia especificação regional do espaço. Baseados na análise da acumulação, são produzidos conceitos de organização geográfica levando em conta a divisão espacial do trabalho.

Nós tomamos como ponto de partida os processos de produção historicamente dominantes e definimos a desigual distribuição geográfica das condições de acumulação em relação a estes processos. Em termos gerais isto significa começar com aqueles elementos da acumulação que possuem efeito sobre a taxa de lucro e que estão distribuídos desigualmente no espaço (Hein 1976, Regional Social Theory Group, 1978). O fato de que a desigualdade regional seja especificada em relação às características que envolvem a produção significa que a regionalização não é produzida externamente.

Em qualquer período, novos investimentos na atividade econômica podem ser geograficamente distribuídos como resposta aos padrões de diferenciação espacial. O termo "divisão espacial do trabalho" refere-se *à maneira* como a atividade econômica responde às desigualdades geográficas nas condições da acumulação — o tipo específico de uso pelo capital, de tal desigualdade. Esta resposta difere entre setores e em qualquer setor, através das alterações nas condições de produção. O termo, então, não diz respeito a uma divisão entre regiões.

A natureza da resposta do capital às desigualdades espaciais é por si mesma um produto da interação entre as características existentes da diferenciação espacial e as necessidades em qualquer momento do processo dominante de produção. Tal interação é importante — a produção não somente influi geograficamente como envolve historicamente a configuração geográfica (tanto os fatos da diferenciação espacial como sua natureza particular), influenciando no caminho tomado pela acumu-

lação. Por exemplo, a separação espacial pode em si mesma ser um maior elemento de preservação das condições específicas da acumulação — baixos salários e ausência das condições de luta poderiam ser mais fáceis de se manter (para o capital) em áreas isoladas que dependessem de um ou dois capitais individuais. Por sua vez, a preservação de tais condições poderia influir no tipo de mudanças tecnológicas adotadas pelo capital.

O que também deve ser enfatizado é que as formas de diferenciação espacial relevantes ao processo de acumulação não são restritas à “economia pura”. O grau de organização e militância da força de trabalho são, também, reconhecidos “fatores locais” na teoria neoclássica de localização industrial. Tal teoria, evidentemente, não reconhece a forma específica das relações de classe que determinam estas condições. Tais relações poderiam ser a base para a falta de organização da força de trabalho (vide o caso de Flandus, descrito por Mandel, 1963). De novo, específicas relações fundiárias podem impedir aquilo que poderia ser a melhor localização para um processo particular de produção (Lipietz, 1975). Políticas estatais regionais (as quais podem ser uma resposta às condições econômicas e políticas locais) também podem ser influentes.

Uma maneira esquemática para tratar a questão como um processo histórico é conceber o fenômeno como uma série de etapas de investimentos novos, em que se estrutura em cada uma delas uma nova forma de divisão do trabalho. Sem dúvida nenhuma, o processo de mudança é muito mais diversificado e incrementado quando há períodos de redirecionamento radical. Geralmente, entretanto, qualquer forma nova de divisão espacial do trabalho será relevante somente em relação aos mais avançados setores de produção, podendo haver muitas variações em cada setor. Em outras palavras, entre as etapas as condições mudam, em consequência da combinação das alterações “mais particularmente espaciais” em relação àquelas requeridas pela produção. Em primeiro lugar, o processo de acumulação pode ser

afetado pelas mudanças nas localizações relativas através do desenvolvimento dos transportes e das comunicações. A pressão em direção ao aperfeiçoamento dos transportes e das comunicações deriva da exigência em reduzir os custos de produção e de circulação (*Grundrisse*, pp. 533-538; vide também Harvey, 1975). O efeito é de que:

as diferenças relativas (em distância) podem ser alteradas pelo desenvolvimento dos meios de transporte e comunicações de um modo que não corresponde à distância geográfica; [um fato] que explica a deterioração de velhos centros e a emergência de centros novos de produção é devido às mudanças nas facilidades de transporte comunicações (*Capital*, 2, p. 253).

Tais alterações no plano espacial produzem mudanças nas posições de competitividade relativa dos capitais individuais, nos preços relativos de diferentes mercadorias, nos métodos de produção, etc. Num conjunto maior, eles mudam a posição de competitividade relativa dos ramos de produção em regiões inteiras, e até transformam as condições de uma dada região, para ser favorável à implantação de ramos de produção ainda não ali localizados.<sup>5</sup>

Em segundo lugar, as alterações nas condições de acumulação podem advir tanto dos requisitos da produção de ramos determinados — e, portanto, de sua requisição locacional (vide, por exemplo, Dunford, 1977; Massey, 1976) — como do equilíbrio entre os ramos de produção com diferentes demandas locacionais. Em qualquer caso, resultará numa diferente distribuição regional da produção.

A nova distribuição de atividades econômicas produzidas pela evolução de uma nova divisão do trabalho será superimposta e combinada com o padrão produ-

---

5. Isto não significa que uma justificação não possa ser fornecida. Tal argumentação está presente no presente artigo e no trabalho de Carney, Lewis e Hudson, 1977.

zido em períodos anteriores pelas diferentes formas de divisão espacial. A combinação de sucessivas etapas produzirá, nas condições de produção, efeitos próprios que variam no espaço e contribuem para uma nova forma de distribuição geográfica da desigualdade como uma base para a próxima fase de investimento. Uma divisão espacial do trabalho não é, portanto, equivalente a uma "regionalização". Pelo contrário, ela sugere que a estrutura social e econômica de qualquer área localizada seja um resultado complexo da combinação dos papéis sucessivos desempenhados pela área localizada dentro da divisão nacional e internacional maior do trabalho.

Em termos gerais, há um crescente grau de concordância de que a análise deveria começar pela acumulação, e não pelas regiões. Dentro deste contexto, novos debates estão se iniciando. Um deles diz respeito à unidade de análise mais apropriada. As discussões anteriores são relevantes aos capitais individuais e aos ramos de produção. Outros trabalhos, entretanto, têm sido efetuados num nível mais amplo. A nível dos departamentos foi postulado, no período entre guerras, uma divisão geral entre a produção crescente do Departamento II no Sudeste da Inglaterra e a estagnação do Departamento I no Norte (Carney, Lewis e Hudson, 1977). Por outro lado, há implicações regionais na Europa devido a "acumulação imperativa em relação às partes componentes do capital (capital variável, capital constante circulante e capital fixo constante), as quais são analisadas pelo Grupo de Teoria Social Regional (1977). Na Itália foi considerado como importante a distinção entre um setor exportador dirigente e um setor doméstico atrasado. Assim, Garofoli (1975a) analisa o vínculo entre desenvolvimento regional desigual e o desenvolvimento dos setores mais avançados. Sua análise é feita pela investigação da relação entre a alteração de fases de acumulação extensivas e intensivas e pelas formas e uso da força de trabalho. Secchu (1977) também distingue as fases extensivas e intensivas e suas

diferentes implicações regionais na Itália, no período que se estende desde o fim do século XIX até o começo da década de setenta; as fases extensivas correspondendo a forte concentração da produção e do emprego em áreas desenvolvidas e as fases intensivas vinculadas à combinação da de-industrialização\* e a localização dos grandes estabelecimentos de setores avançados em áreas atrasadas.

Até agora a discussão do enfoque que começa com a acumulação vem sendo centrada na resposta do capital à diferenciação espacial. Em segundo lugar, e de igual importância, o tratamento refere-se, também, à análise dos efeitos daquela resposta, o que será feito adiante. Por enquanto utilizamos este enfoque geral para apresentar algumas das alterações nos padrões econômicos regionais atualmente presentes no Reino Unido.

## UMA FORMA EMERGENTE DA DIVISÃO ESPACIAL DO TRABALHO

Por limitações de espaço, esta seção será somente indicativa, mas parece importante apresentar, pelo menos, as principais características da nova forma emergente da divisão espacial intranacional do trabalho — as quais caracterizam a expansão de alguns ramos da produção, tais como o eletrônico.

Resumidamente, as características da produção que substanciou o novo uso do espaço incluem: o tamanho crescente dos capitais individuais, as características relacionadas de um menor número de grandes estabelecimentos na produção direta (Dunford, 1977), unidades complexas de produção — por exemplo, complexos químicos/petroquímicos (Castells e Godard, 1974; Dunford, 1977), a divisão da produção em etapas autônomas que

---

\* Entende-se como “de-industrialização” a dinâmica relativamente menor dos antigos centros industriais. (N. T.)

podem se localizar individualmente (Lipietz, 1977; Massey, 1976) e a separação crescente nos capitais individuais de função de controle geral (Lipietz, 1977). Também dentro do processo de produção houve mudanças significativas — particularmente a aceleração aparente da desqualificação do trabalho direto ao lado do crescimento das atividades de pesquisa e desenvolvimento. Finalmente, o papel do Estado possui uma importância crescente no financiamento de grandes projetos individuais (Castells e Godard, 1974; Blietrach e Chenu, 1975) e na previsão de uma “infra-estrutura regional”.

Onde tais mudanças ocorrem, dentro de um contexto intranacional em que há uma significativa diferenciação espacial nos níveis salariais dos trabalhadores ligados à produção, nos níveis de qualificação, no grau de organização dos movimentos da classe trabalhadora e no grau de presença, por exemplo, do capital comercial e bancário, emerge uma nova forma de organização geográfica. É o caso da maioria dos países da Europa Ocidental e dos Estados Unidos.

Muitas diferenças espaciais são usadas pelos capitais, cada vez mais baseados na separação geográfica do controle e das funções de pesquisa e desenvolvimento em relação aos processos diretos de produção que ainda exigem trabalhadores qualificados, e a este tipo de produção em relação aos processos de montagem e à produção em grande escala, que exigem somente força de trabalho semiqualiificada. (Saliente-se que isto não é um modelo do tipo ideal, mas simplesmente uma forma atual freqüentemente surgida nos setores avançados.)

Este terceiro estágio de produção está cada vez mais localizado em áreas onde os trabalhadores semiqualiificados não apenas existem (pois que existem em qualquer lugar), mas onde os salários são baixos e não há tradição — pelo menos entre esses trabalhadores — de militância política. Especificamente, isto envolve a incorporação de trabalhadores sem uma experiência anterior de relações de produção capitalistas — oriundos das

remanescências de modos pré-capitalistas, da extinção de um ramo industrial anteriormente dominante (em tais casos as mulheres é que serão empregadas, e não os trabalhadores de uma especialização precedente) ou de áreas onde os trabalhadores (novamente sobretudo as mulheres) não se tornaram totalmente dependentes (nem organizados, em geral) de relações de produção capitalista (por exemplo, estâncias turísticas com emprego por conta própria sazonal em turismo). A implantação de fábricas em tais áreas (freqüentemente deprimidas) é anunciada pelo Estado como benefício<sup>6</sup> mas seus efeitos positivos podem ser mínimos. Os salários e a qualificação permanecem em baixo nível e não necessariamente surgirão muitos novos empregos: uma das maiores características de tais fábricas é que elas têm pouca ligação local e regionalmente estimulam muito pouco a produção associada (os italianos a chamaram de "catedrais no deserto"). Um bom exemplo no Reino Unido é dado por Carter (1974) em sua análise do Norte da Escócia. Alguns destes estabelecimentos podem relativamente ter capital intensivo (tais como a montagem eletrônica), enquanto outros empregam muito poucos trabalhadores (exemplos típicos são os complexos siderúrgicos e químicos).

O "segundo estágio" de produção é localizado particularmente em antigos centros de trabalhadores qualificados — principalmente cidades industriais do fim do século XIX. No entanto, a característica relevante desta etapa é sua importância (quantitativa) decrescente. Cada vez mais os processos de standardização e automação permitem que o capital tenha uma liberdade de localização desvinculada da força de trabalho

---

6. Tais tipos de desenvolvimento são freqüentemente atribuídos à política regional — que pode tê-los incentivado — mas não em contraposição à tendência de necessidades variáveis de acumulação. É interessante notar que aqueles que acreditam no modelo de "concentração espacial inevitável" do capitalismo são forçados a atribuir tais tipos de desenvolvimento somente em relação à eficácia da intervenção estatal.

qualificada. O vínculo entre tais mudanças no processo de produção e as possibilidades amplas do capital são resultantes da diferenciação espacial da força de trabalho (sem dúvida junto com o colapso de outros setores caracterizados pela diferente divisão espacial do trabalho e baseados anteriormente nas cidades) (vide Community Development Project, 1977; Massey e Morgan, 1978). Nos setores como o da eletrônica, parece que este lugar na divisão espacial do trabalho vem rapidamente desaparecendo numa simples dicotomia entre as regiões metropolitanas (em vez de centros metropolitanos) fora do *core* e as regiões periféricas. Então, as mudanças no processo de trabalho como um resultado da concorrência, o uso pelo capital da diferenciação espacial e a reconstituição da classe trabalhadora caminham juntos. O fato da diferenciação geográfica nos salários, na qualificação e na força organizacional da classe trabalhadora influi na forma e permite o desenvolvimento particular da acumulação. O fato de haver uma base espacial da força organizada dos trabalhadores qualificados incentiva a descentralização espacial destas bases, quando diminui a qualificação em relação à dependência do capital, permitindo, então, uma efetiva diminuição da força da classe trabalhadora.<sup>7</sup>

Finalmente, as regiões metropolitanas centrais (tais como Londres e Paris) são caracterizadas pela presença de funções de controle, pesquisa, projeto e desenvolvimento e pela presença significativa dos estratos gerenciais e técnicos (são distintas mais por esta presença do que pela ausência de trabalho braçal).

Para fechar este breve resumo descritivo, uma série de pontos devem ser apontados. Primeiro, o padrão

---

7. Nas estratégias mais imediatistas, a separação e diferenciação espacial pode também ter influência significativa de capitais individuais (para os quais a mobilidade espacial pode viabilizar mudanças na produção, que poderiam estar impedidas pelos sindicatos nos lugares originais), ou de políticas estatais (um exemplo recente é a maneira como os trabalhadores dos centros industriais das cidades metropolitanas têm sido contrapostos aos seus colegas das regiões periféricas).

descrito é o de uma divisão intranacional do trabalho, mas a forma particular que esta assume em qualquer nação será também determinada pelo lugar em que esta se insere na divisão internacional do trabalho. Michon-Savarit (1975) analisa como o padrão futuro de organização espacial e relações internacionais dentro da França pode variar com diferentes cenários possíveis em relação à divisão internacional do trabalho. Segundo, esta é uma forma muito diferente da divisão espacial do trabalho em relação, por exemplo, a especialização setorial. São também diferentes suas repercussões econômicas — por exemplo, regiões no “limite” superior da hierarquia são colocadas em concorrência direta com os países do Terceiro Mundo. Tais alterações na forma da divisão espacial do trabalho podem ser grosseiramente interpretadas como o fim da diferenciação espacial. Para citar um exemplo, o desenvolvimento das hierarquias locais descritas tem uma base importante no nível crescente da “tecnologia”, na produção de determinadas mercadorias e como um elemento de concorrência entre capitais. Discutindo a relação entre esta mudança na produção e a diferenciação regional, Mandel escreve que:

a diferenciação regional ou internacional nos níveis de produtividade não são mais a principal fonte para a realização (???) de superlucros. Este papel é agora assumido pelas diferenças entre os setores e as empresas... Desenvolve-se então uma pressão permanente para *acelerar a inovação tecnológica*. A diminuição das demais fontes de lucros extraordinários exige inevitavelmente uma procura constante de ‘inovação tecnológica’ (p. 192).

Verdadeiramente, as diferenças na produtividade inter-regional (isto é, entre empresas) não são mais a principal fonte de superlucros e, como explica o exemplo citado, isso não significa necessariamente que diferenças inter-regionais desapareçam ou que elas não sejam mais relevantes para as estratégias de investimento capitalista. Pelo contrário, tais diferenças parecem ser importantes, precisamente na apropriação daquelas fontes de lucro extraordinárias das quais Mandel indica

como dominante. A utilização adequada de diferenças regionais dentro da divisão *interna* da empresa é um componente importante na concorrência entre empresas e, particularmente, naqueles ramos de produção que combinam altas taxas de alteração tecnológica com a produção em série de mercadorias padronizadas. Finalmente, torna-se claro que a última forma de divisão espacial do trabalho produz não apenas uma forma diferente de utilização pelo capital da diferenciação espacial, mas também um novo esquema de "regionalização geográfica".

### **OS EFEITOS DA DIFERENCIAÇÃO ESPACIAL NO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO**

A análise da evolução de uma nova divisão espacial do trabalho é, entretanto, somente a primeira etapa do estado da diferenciação espacial. Posteriormente é necessário analisar a maneira como este novo uso do espaço é combinado com o padrão geográfico de usos anteriores. Os efeitos dessa combinação são aqueles que produzem as características específicas das áreas locais e o padrão geral da variação regional numa formação social.

Primeiramente, há os efeitos em qualquer área ou localização geográfica específica. Alguns exemplos de efeitos diretos têm sido sempre discutidos, mas existem também implicações mais gerais. Referindo-se inicialmente apenas ao nível econômico, a divisão do trabalho atualmente emergente não caracteriza cada ramo de produção. Ela surge da combinação de algumas características novamente dominantes do processo de produção, numa configuração espacial formada como um resultado de características anteriormente dominantes. A "nova divisão espacial do trabalho" descrita aqui é, portanto, a) uma característica principalmente dos novos setores de produção avançados e b) a qual está articulada com uma forma herdada e diferente da divisão espacial. Novos ramos de produção podem ser introduzidos,

afetando as condições de produção de estabelecimentos industriais locais, e o grande capital inter-regional ou multinacional pode entrar em áreas anteriormente reservadas às empresas locais. Este processo de combinação, conseqüentemente, produzirá efeitos que ultrapassam as implicações diretas da localização estratégica do capital e possivelmente produzirão exatamente a especificidade regional anteriormente discutida numa série de análises que (começando com uma base regional) vêm tentando entender corretamente a problemática.

Além disso, esses efeitos não são restritivos à produção. Eles incluem, por exemplo, efeitos de classes (vide exemplos nos trabalhos de Lipietz, 1977, p. 85, Lewis e Hudson, 1977). O trabalho de Gramsci também inclui uma série de notas e análises sobre este aspecto do impacto da acumulação diferencial especializada. Turim é "a cidade proletária por excelência [...] precisamente devido ao caráter extremamente unido da indústria urbana" (vide *The Historical Role of the Cities*, Gramsci, 1977). Análises similares são feitas por Milano, Piedmont, quanto à relação cidade-campo. Mandel (1963) analisa a formação de "dois proletariados" na Bélgica, como um resultado do desenvolvimento econômico distinto das regiões da Walônia e Flanders. Nos trabalhos de Gramsci e de Mandel, fica claro que tais processos poderiam implicar uma diferenciação espacial significativa da potencialidade política nas formas da luta de classes. Castells (1977, capítulo 14) aponta também condições similares em relação aos "movimentos sociais urbanos".

A combinação de tais efeitos é que produz a forma complexa da variação espacial na qual está o fenômeno empírico, do qual a análise regional precisa tratar. Até agora este artigo argumentou que as causas destas diferenciações complexas não podem ser adequadamente explicadas se o ponto de partida é uma regionalização preestabelecida. Entretanto, uma investigação no padrão resultante de acumulação e seus efeitos pode exigir algum método de síntese espacial e isto pode incluir a

identificação de “regiões”. Considerando que isto é um ponto central, há relativamente poucos debates sobre “o conceito de região” (seja em termos de sua possibilidade ou de sua natureza). Uma das posições mais claras é a de Lipietz (1977), que insiste na dominância de relações sociais distintas e na definição de tal entidade baseada fundamentalmente na articulação geograficamente diferenciada do capitalismo com os modos pré-capitalistas (vide, por exemplo, pp. 33, 26 e Lipietz, 1975, p. 419). Como foi discutido anteriormente, tal posição, também proposta por outros em análises específicas, é contestável tanto no nível empírico como político. Na Itália, um debate paralelo focaliza que o correto é a caracterização de classes no Sul. Mingione (1977) segue Gramsci (1949), argumentando que a revolução burguesa não envolveu o Sul; Secchi (1977), discutindo o século XX, contesta a tese comum de que “o sistema italiano é caracterizado pelas modernas atividades (capitalistas) concentradas sobretudo na região Norte e pelas atividades atrasadas (pré-capitalistas) concentradas na região Sul” (p. 36).

Entretanto, retornando ao “conceito de região”, uma questão diferente poderia se contrapor à definição de Lipietz de não considerar se é apropriado o uso de um critério *específico* mas se tem sentido tentar estabelecer qualquer critério para aplicação universal. Pode ser que a especificação e coerência regionais possam ser estabelecidas numa variabilidade de diferentes bases —, enquanto em geral as “relações de classes” serão evidentemente um componente dominante. Novamente o trabalho de Mandel (1963) fornece um bom exemplo. Depois de começar com uma análise do processo de acumulação na Bélgica como um todo, ele analisa a forma espacialmente diferenciada que esse processo assume e o impacto nas relações de classes (vide acima). Sua conclusão é de que a Walônia e Flanders são distintas em termos da data da industrialização, da natureza (ramo, tamanho, etc.) das indústrias, do grau de urbanização e da natureza da organização espacial in-

terna e em termos de linguagem, cultura, religião e política — em relação tanto ao nacionalismo como ao socialismo. Evidentemente, não é apenas a separação espacial que tem sido muito importante na construção destas características na formação social nacional belga, mas também a integração entre a forma da acumulação, a política e a ideologia e seus efeitos exigem claramente a identificação de duas regiões distintas no país.

Não deve ser entendido, entretanto, que tais divisões manifestem-se tão claramente em cada análise espacial de uma economia nacional capitalista, nem que elas necessariamente englobem toda a área geográfica de estudo. Tal “regionalização” não deve ser forçada com evidências dúbias. Ao nível econômico, por exemplo, a combinação de sucessivas divisões espaciais do trabalho talvez não produza economias coerentes. Já foi constatado que as regiões de Lipietz se alteram em relação àquelas construídas através da análise histórica (as quais são baseadas na articulação de modos de produção) e àquelas caracterizadas pelo critério (sobretudo pelo tipo de força de trabalho) relevante da análise da atual divisão espacial do trabalho. “Região” poderia significar muita coisa — neste caso, tanto uma entidade espacial coerente em termos de relações sociais como uma desagregação geográfica baseada numa singular variação econômica. O procedimento de Lipietz é perfeitamente viável, na medida em que o diferente *status* destes tipos de região é plenamente reconhecido. Além disso é possível sintetizar e analisar os efeitos da diferenciação geográfica sem a construção de regiões coerentes. No Reino Unido, na última década, uma mudança concreta vem ocorrendo na forma, composição e distribuição geográfica do exército de reserva. Alguns aspectos já foram mencionados (por exemplo, o declínio dos centros industriais das cidades metropolitanas). Isto é um importante fenômeno de se reconhecer e analisar mas, no entanto, não é necessário definir os centros como “regiões” cuja coerência vai além da distribuição

geográfica deste aspecto da acumulação. Nestes casos, a diferente base geográfica pode ser apropriada para a análise de fenômenos diferentes.

Finalmente, se podem ou não ser definidas regiões coerentes baseadas numa análise, a justificativa para qualquer forma particular de síntese geográfica deve ser relacionada à sua utilidade na análise dos *efeitos* de tal diferenciação. Esses efeitos ocorrerão não somente a nível local (como foi discutido), mas também como uma consequência do impacto do fato e da forma da diferenciação espacial no desenvolvimento da formação social como um todo. Uma série de estudos têm sido produzidos analisando este impacto em termos políticos e econômicos. Um ponto que emerge claramente nestes estudos é de que hipóteses *a priori* não devem ser feitas sobre a natureza problemática ou positiva de tais efeitos para o capital. Há uma tendência para admitir que a marcante desigualdade espacial é necessariamente um problema para o capital e que a política regional é elaborada para cuidar destes efeitos negativos, sendo estes problemas subordinados continuamente às necessidades mais imediatas da acumulação. Sem dúvida, em determinados períodos históricos esta posição é correta (incluem-se os exemplos do Reino Unido na década de 1930 e em 1963), mas a desigualdade espacial pode também ser funcional. Ambos estes aspectos aparecem em Secchi (1977), que enfatiza o papel da desigualdade territorial tanto nos períodos de crescimento como nos de crise da economia italiana. Secchi desenvolve a análise através das implicações políticas de padrão espacial, particularmente em relação aos sistemas de alianças intercapitalistas. Garofoli (1975b) trata também dos mesmos temas. Carney, Lewis e Hudson (1977) examinam os efeitos contraditórios no Reino Unido da especialização geográfica nos departamentos I e II no período entre guerras. Eles argumentam:

O parâmetro crucial para a acumulação contínua do capital nas indústrias do Departamento II no Sul foram as condições estagnadas de consumo daquelas áreas dominadas pelo Departamento I da produção. [E, ao mesmo

tempo:] Uma das condições para o sucesso do Departamento II de produção no Sul se deveu à grande massa de trabalhadores qualificados desempregados no Norte, atuando então como um exército de reserva sustentando as reduções nos custos de produção no Sul e sustentando as necessidades de produção para força de trabalho pela sua migração e presença no Sul (p. 58).

Novamente tais efeitos possuem implicações além do econômico. O artigo de Mandel (1963) analisa as importantes repercussões políticas dos padrões belgas de regionalização em termos do movimento dos trabalhadores.

## CONCLUSÕES

Esse texto é uma exploração rápida de um campo de trabalho muitas vezes confuso e disperso. Entretanto, esperamos que uma série de conclusões estejam evidentes: primeiramente, que existe um campo de estudo como o regionalismo, que é válido como objeto geral. Em segundo lugar, que há dentro deste campo uma série de etapas de análise muito diferentes, como também questões distintas. Em particular, a alteração foi focalizada neste artigo quanto à diferença entre a produção da desigualdade espacial, os efeitos desta desigualdade e o destino de regiões particulares. É proposto aqui que estas questões precisam ser cuidadosamente distinguidas, tanto em termos das perguntas a serem levantadas como em termos da direção da causalidade envolvida. Finalmente, que a diferenciação espacial pode ter importantes efeitos, tanto em relação ao desenvolvimento da economia capitalista nacional, como em termos do desenvolvimento da luta política.

## BIBLIOGRAFIA

- AMIN, S., *L'Échange inégal et la loi de la valeur*, Anthropos/IDEP, Paris, 1973.
- AMIN, S., *Unequal development*, Harvester, 1976.
- ANDERSON, J., "The political economy of urbanism: an introduction and bibliography", Department of Urban and Regional Planning, Architectural Association, 1975.

- ANDERSON, J., *Stuart Holland's regionalism: reformism reheated*, trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho sobre Regionalismo, do CSE (mimeo.), 1977.
- BETTELHEIM, C., *Theoretical Comments* (Apêndice I), 1972, in EMMANUEL (1972).
- BLEITRACH, D., e CHENU, A., "Aménagement: régulation ou aggravation des contradictions sociales? Un exemple: Fos-sur-mer et l'aire métropolitaine marseillaise", 1975.
- BRENNER, R., "The origins of capitalist development: a critique of neo-Smithian Marxism", *New Left Review*, v. 104, 1977, pp. 25-92.
- CARNEY, J., HUDSON, R., IVE, G. e LEWIS, J., "Regional underdevelopment in late capitalism: a study of the North East of England", in MASSER, I. (ed.), *Theory and practice in regional science*, Pion, London, 1975.
- CARNEY, J., LEWIS, J. e HUDSON, R., "Coal combines and interregional uneven development in the UK", in MASSEY, D. B. e BATEY, P. W. J. (eds.), "London Paper in Regional Science", v. 7, in *Alternative Frameworks for analysis*, Pion, London, 1977.
- CARTER, I., "The highlands of Scotland as an underdeveloped region", in KADT, E. de e WILLIAMS, G. (eds.), *Sociology and Development*, Tavistock Publications, 1974, pp. 279-311.
- CASTELLS, M., *The Urban Question*, Edward Arnold, 1977.
- CASTELLS, M. e GODARD, F., *Monopolville: l'entreprise, l'état, l'urbain*, Mouton, 1974.
- COMMUNITY DEVELOPMENT PROJECT, *The Costs of Industrial Change*, 1977.
- DUNFORD, M. F., "Regional policy and the restructuring of capital", Sussex University: Urban and Regional Studies, Working Paper 4, 1977.
- EMMANUEL, A., *Unequal Exchange: a study of the imperialism of trade*, New Left Books, 1972.
- EMMANUEL, A. et al., *Un débat sur l'échange inégal*, Maspero, Paris, 1975.
- FIRN, J., "External control and regional policy", in *The Red Paper on Scotland*, editado por Gordon Brown, 1975.
- FRANK, A. G., *Latin America: Underdevelopment or Revolution*. Monthly Review Press, New York, 1970.
- GAROFOLI, G., "Produttività del lavoro e salari: un'analisi dei differenziali intersettoriali ed interregionali", *Archivio di Studi Urbani e Regionali*, n.º 3-4, 1975a, pp. 97-123.
- GAROFOLI, G., "Un'analisi critica della politica di riequilibrio regionale in Italia: il caso del Mezzogiorno", *Archivio di Studi Urbani e Regionali*, n.º 3-4, 1975b, pp. 165-183.

- GERVAI, M., SERVOLIN, C. e WEIL, J., *Une France sans Paysan*, Le Seuil, Paris, 1965.
- GRAMSCI, A., *Il risorgimento*, Einaudi, Turin, 1949.
- GRAMSCI, A., "The historical role of the cities", in *Selection from political writings, 1910-1920*, Lawrence and Wishart, 1977.
- HARLOE, M. (ed.), "Proceedings of the conference on urban change and conflict", Centre for Environmental Studies, Conference Papers 14, 1975.
- HARLOE, M., "Marxism, the state and the urban question: Critical notes on two recent French theories", in Crouch, C. (ed.), *British Political Sociology Yearbook*, 1978.
- HARVEY, D., "The geography of capitalist accumulation: a reconstruction of the Marxian Theory", *Antipode*, v. 7, n.º 2, 1975, pp. 9-21 (também in Peet, 1977).
- HECHTER, M., *Internal colonialism: The Celtic fringe in British national development, 1536-1966*, International Library of Sociology, Routledge and Kegan Paul, 1975.
- HEIN, W., "The accumulation of capital on the world scale, the nation state and uneven development; Outline of a theoretical approach", Paper to CSE Working Group on the Neocolonial State (mimeo.), 1976.
- HOLLAND, S., *Capital vs. the Regions*, Macmillan Press, 1976.
- LEBAS, E., "Regional policy research: some theoretical and methodological problems", in HARLOE, M. (ed.), *Captive Cities*, Wiley, London, 1977, pp. 79-88.
- LEE, R., "Regional relations and economic structure in the EEC", in MASSEY, D. B. e BATEY, P. W. J. (ed.), *London Papers in Regional Science*, v. 7, *Alternative Frameworks for Analysis*, 1977, pp. 19-38.
- LIPIETZ, A., "Structuration de l'espace, problème foncier et aménagement du territoire", *Environment and Planning*, A, v. 7, 1975, pp. 415-425.
- LIPIETZ, A., *Le capital et son espace*, Maspero, Economie et Socialisme, 34, 1977.
- LOVERING, J., "The theory of the 'internal colony' and the political economy of Wales" (mimeo.), 1977.
- MANDEL, E., "The dialectic of class and region in Belgium", *New Left Review*, v. 20, 1963, p. 31.
- MANDEL, E., *Late Capitalism*, New Left Books, London, 1975.
- MARX, K., *Capital*, Lawrence and Wishart.
- MARX, K., *Grundrisse*, Penguin.
- MASSEY, D. B., "Towards a critique of industrial location theory", Centre for Environmental Studies, Research Paper n.º 5, 1974 (também in *Antipode*, dez., 1973, e Peet, 1977).
- MASSEY, D. B.: "Restructuring and regionalism: some spacial effects of the crisis", Paper presented to CSE Working Group on Regio-

- nalism, Centre for Environmental Studies, Workings Note 449, 1976.
- MASSEY, D. B. e MEEGAN, R. A. "Restructuring vs. the Cities", *Urban Studies*, v. 15, n.º 3, 1978.
- MELLOR, R., "The British Experience: combined and uneven development" in HARLOE, M. (ed.), 1975.
- MICHON-SAVARIT, C., "La place des régions françaises dans la division internationale du travail: deux scénarios contrastés", *Environment and Planning*, A, v. 7, n.º 4, 1975, pp. 449-454.
- MINGIONE, E., "Theoretical elements for a Marxist analysis of urban development" in HARLOE, M. (ed.), *Captive Cities*, Wiley, 1977, pp. 89-110.
- PURDY, D., "Review of Holland's 'Capital vs. the Regions' and 'The Socialist Challenge'", *Capital and Class*, n.º 1, 1977.
- REGIONAL SOCIAL THEORY GROUP, "Accumulation, the regional problem and nationalism", in BATEY, P. W. J. (ed.), *London Papers in Regional Science*, v. 8, Pion, London, 1978.
- REY, P. P., *Les alliances de classes*, Maspero, Paris, 1973.
- SAYER, A., "The law of value and uneven development: some problems and possibilities for analysis", Paper presented to the Regional Social Theory Group, Regional Science Association, Lanehead Work-shop (mimeo.), julho, 1977.
- SECCHI, B., "Central and peripheral regions in a process of economic development: The Italian case" in MASSEY, D. B. e BATEY, P. W. J. (eds.), *London Papers in Regional Science*, v. 7, *Alternative Frameworks for Analysis*, Pion, London, 1977.
- SZENTESI, T., *The political economy of underdevelopment*, Akadémiai Kiadó, Budapest, 1971.